



ARQUEOLOGIA DA PSIQUE: UM BREVE ESBOÇO DA TEORIA DA PERSONALIDADE À LUZ DE JUNG

ARCHEOLOGY OF THE PSYCHE: A BRIEF OUTLINE OF JUNG'S PERSONALITY THEORY

Elizabeth Fátima Teodoro¹
Mardem Leandro Silva²
Pedro Henrique Estevão Ferreira³

RESUMO: Este artigo objetivou discorrer sobre as bases epistemológicas da psicologia analítica, a fim de descrever a teoria da personalidade à luz de Jung. Para alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico se constituiu de uma investigação teórica com base nos principais textos de Jung que versam sobre o desenvolvimento da personalidade que englobam a teoria dos tipos psicológicos e o processo de individuação. Não desconhecendo o auxílio de dicionários junguianos e comentadores como von Franz e Nise da Silveira. Esta exposição, embora sucinta, permite extrair da teoria da personalidade junguiana suas dimensões dinâmica e totalizante. Isso significa partir da ideia de que a personalidade não é estática, nem imutável, pelo contrário, desenvolve-se, constantemente, na direção de um equilíbrio psíquico que integre os pares de opostos que a constitui. Esse desenvolvimento pode, inclusive, transformar-se em mola propulsora para o autoconhecimento e aperfeiçoamento pessoal em busca de uma integralidade total dos inúmeros elementos que compõem a psique. Todo esse processo de desenvolvimento psíquico leva ao processo de individuação, no qual o indivíduo é impelido a tornar si-mesmo. Sendo, portanto, capaz de responder de forma autêntica as demandas da vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Carl Gustav Jung; Individuação; Personalidade; Tipos psicológicos.

ABSTRACT: This article aims to discuss the epistemological bases of analytical psychology in order to describe the theory of personality in the light of Jung. In order to reach the proposed goal, the methodological course consisted of a theoretical investigation based on the main texts of Jung that deal with the development of the personality that encompasses the theory of psychological types and the process of individuation. Not disregarding the help of Jungian dictionaries and commentators such as von Franz and Nise da Silveira. This exhibition, although succinct, allows to extract from the theory of Jungian personality its dynamic and totalizing dimensions. This means starting from the idea that personality is neither static nor immutable but is constantly developing toward a psychic equilibrium that integrates the pairs of opposites that constitute it. This development can even become a driving force for self-knowledge and self-improvement in search of a total integrality of the many elements that make up the psyche. All this process of psychic development leads to the process of individuation, in which the individual is impelled to become himself. Being, therefore, capable of responding in an authentic way to the demands of social life.

KEYWORDS: Carl Gustav Jung; individuation; personality; psychological types.

1 INTRODUÇÃO

Ele olhou sua alma através de um telescópio. O que parecia irregular eram belas Constelações: então acrescentou à consciência mundos ocultos dentro de outros mundos. (JAFFÉ, 2006, p. 21).

¹ Mestranda em Psicologia, na linha de pesquisa 'Fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia' pela Universidade Federal de São del-Rei. elektraliz@yahoo.com.br

² Doutorando em Psicologia, na linha de pesquisa "Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura", pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente no curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais Divinópolis. mardemls@yahoo.com.br

³ Psicólogo graduado pela Universidade do Estado de Minas Gerais Divinópolis. pedroestevaopsi@gmail.com

Dentre os conceitos que orbitam a psicologia, a personalidade figura como um dos mais importantes, visto que é a partir dela que objetivamos o mundo, na mesma medida em que o subjetivamos. Porém, é igualmente controverso, posto que sua natureza abstrata lhe possibilita um vasto espectro conceitual, que o torna abordável desde seus aspectos mais singulares até seu caráter social (CARVALHO et al., 2017). Em termos gerais, a personalidade pode ser pensada como uma organização dinâmica que sintetiza aspectos dos sistemas psíquicos e físicos. De modo tal que se torna possível estabelecer padrões de pensamento e comportamento capazes de serem avaliados por profissionais da psicologia através de avaliações psicológicas a fim de chegar ao diagnóstico mais preciso possível (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).

As variadas perspectivas sobre a personalidade originaram as teorias da personalidade. Na psicologia, elas decorrem de um amplo território de abordagens teóricas, englobando desde concepções cognitivas, que consideram os processos cognitivos como a característica predominante da personalidade, até as concepções humanistas, que acreditam na personalidade como algo que se desenvolve a partir do ambiente, sendo assim, as relações são estruturantes (FEIST; FEIST; ROBERTS, 2015).

Apesar da importância que esse construto teórico possui dentro das teorias psicológicas, um estudo realizado por Carvalho et al. (2017) constatou que o conceito de personalidade não tem sido muito pesquisado no Brasil. Enquanto, em uma base de dados internacional, verificou-se um crescimento investigativo, principalmente, nos últimos 14 anos, que ultrapassou 100 mil publicações, no Brasil, foram publicados 424 artigos no mesmo período. Além dessa diferença assustadora, os autores ainda chamam a atenção para o fato de que grande parte dessas publicações não apresenta, de maneira clara, uma definição de personalidade. Depreende-se, pois, que um dos desafios da psicologia, no panorama brasileiro atual, concerne em retornar aos elementos epistemológicos fundantes do conceito de personalidade, tentando extrair consequências teóricas que possibilitem repensar as práticas psicológicas em suas bases.

Por esse viés, Benazzi e Bonfatti (2014) e Paranzini e Kanaane (2016) afirmam que a teoria dos tipos psicológicos de Jung vem sendo utilizada não só no contexto clínico, mas também tem sido incorporada como uma ferramenta eficiente em contextos institucionais, principalmente, no tocante ao recrutamento e seleção de funcionários para determinados cargos a fim de direcionar os funcionários para as funções que mais se adequam ao seu perfil. Esse diagnóstico tipológico é realizado por uma avaliação psicológica que pode ter como um dos instrumentos de avaliação o QUATI – Questionário de Avaliação Tipológica, um teste

psicológico de personalidade que se fundamenta teoricamente na psicologia analítica e na teoria dos tipos psicológicos (CFP, s./d.).

A personalidade em Jung pode ser definida como um processo dinâmico de síntese mínima da relação que se seguirá num crescente entre o consciente e o inconsciente – trata-se da agência simbólica de tensões irreduzíveis à apropriação da realidade até sua expressão. A personalidade como o médico de Zurique nos apresenta advém como resultado de processos que estruturam a psique, conciliando opostos a partir da lei da enantiodromia: tudo, mais cedo ou mais tarde, se converte em seu oposto. Esta agência é criativa, na medida em que é efeito da compensação entre as aspirações conscientes e as determinações inconscientes dos arquétipos, das funções e das atitudes psíquicas.

Isso nos autoriza ressaltar a importância de uma teoria do símbolo na obra de Jung, visto que sua teoria da personalidade decorre de sua visão singular do símbolo. O símbolo, em Jung, é definido por, no mínimo, três funções: a mais geral é a de 1) representação de um sentido, mas há ainda duas outras funções que, a rigor, passam desconsideradas pela psicologia científica, trata-se da função 2) soteriológica que implica o símbolo nos processos de realização do humano, e 3) a teleológica que destaca que a produção simbólica possui uma finalidade própria, finalidade esta que está articulada ao processo de individuação, na verdade estas duas funções são uma só, e referem ao fato de o símbolo ser um processo dinâmico de integração da psique.

Com efeito, Jung acreditava que havia uma autorregulação da psique que só podia ser entendida na perspectiva de se pensar que o simbólico faz referência a algo que é maior que ele mesmo, daí a dimensão teleológica ser importante. Nesse sentido, um elemento que apareça em um sonho pode estar fazendo referência ao auto ajuste da psique, por exemplo, como se a psique tivesse nos oferecendo imagens de nosso próprio desenvolvimento, de nossa integração e individuação. Assim, Pieri (2002) aponta que Jung faz menção ao “símbolo vivo”. Por esse viés, evidenciamos que a leitura que Jung faz do símbolo é determinante em sua teoria da personalidade, pois atribui à psique uma característica de autorregulação, fundamental, principalmente, em um contexto clínico.

Vale dizer também que o desenvolvimento da personalidade por meio de um confronto de opostos se tornou um dos pontos centrais da obra de Jung e um dos pontos nevrálgicos na diferenciação da psicologia analítica de outras abordagens psicológicas. Porém, a relação dele com os mistérios da personalidade ultrapassa em muito sua vida profissional, visto que remonta à infância, momento no qual já se percebia às voltas com pequenas reflexões oriundas de suas observações que conseguia identificar em si e em sua mãe a presença de duas perso-

nalidades totalmente diferentes que nomeou de personalidade nº 1 e personalidade nº 2. Em sua autobiografia “Memórias, sonhos e reflexões”, Jung (2006, p. 75-76) assevera: “No fundo, sentia-me dois [...] o jogo alternado das personalidades nº 1 e nº 2 persistiu no decorrer da minha vida”.

A personalidade nº 1, Jung (2006, p. 75) caracterizava como “filho de seus pais, que frequentava o colégio, era menos inteligente, atento, aplicado, decente e asseado do que os demais”. Já a personalidade nº 2, correspondia ao total oposto, “era um adulto, velho cético, desconfiado e distante do mundo dos homens” (p. 75). Esse nº 2, o médico de Zurique, chama de “homem interior” e afirma:

Em minha vida, o nº 2 desempenhou o papel principal e sempre experimentei dar livre curso àquilo que irrompia em mim, a partir do íntimo. O nº 2 é uma figura típica que só é sentida por poucas pessoas. A compreensão consciente da maioria não é suficiente para perceber sua existência. (JUNG, 2006, p. 76).

Assim, Jung (2006) vivia em um jogo cruzado entre opostos, pois a personalidade nº 1 lhe perturbava, fazendo-lhe reiteradas exigências, mas seu olhar profundo e sua criatividade advinham da nº 2. Essa dinâmica da personalidade foi igualmente percebida em sua mãe, como constata:

[...] creio que ela [minha mãe] também possuía duas personalidades: uma, inofensiva e humana; a outra, pelo contrário, parecia temível. Esta última só se manifestava em certos momentos, mas sempre inesperadamente, e me causava medo. Falava, então, como que consigo mesma e suas palavras me atingiam profundamente, de tal maneira que em geral ficava calado. (JUNG, 2006, p. 79).

Também é digna de nota a relação que Jung (2006), ainda menino, faz da personalidade com Deus, ao ler um livro de dogmas cristãos, ficou com a ideia de que Deus se afirmava como uma personalidade, “passível de uma representação por analogia com o eu humano, embora seja único em seu gênero, supraterrrestre, d’Ele dependendo todo o universo” (p. 87). Posteriormente, por meio da leitura bíblica, constatou “Deus tem personalidade e é o Eu do universo” (p. 87). Porém, essa afirmação o levava a um obstáculo, pois toda personalidade pressupõe um caráter e “[...] se Deus é tudo, como poderia possuir um caráter discernível?” (p. 88). Com efeito, não faz parte do escopo de nossas investigações detalhar a relação complexa que nosso teórico possuía com Deus, queremos antes destacar como questões envolvendo diretamente a personalidade marcaram a existência de Jung do início ao fim de seus dias.

Assim, foi esse o universo que permeou nossas reflexões e nos impulsionou a questionar: o que Jung entendia por personalidade? Quais foram suas contribuições para o estudo das teorias da personalidade no campo da psicologia? No intuito de responder a tais indagações,

objetivou-se discorrer sobre as bases epistemológicas da psicologia analítica, a fim de descrever a teoria da personalidade à luz de Carl Gustav Jung.

Para alcançar esse objetivo, o percurso metodológico trilhado durante a pesquisa se constituiu de investigação teórica, uma vez que esse tipo de estudo permite recolher e selecionar conhecimentos prévios e informações acerca do assunto, já organizados e trabalhados por outros autores. Esses estudos bibliográficos se basearam, principalmente, nos textos junguianos que versam sobre o tema, dentre eles, selecionou-se: A energia psíquica, Aion – estudos sobre o simbolismo do si-mesmo, A natureza da psique, Psicologia do inconsciente, O desenvolvimento da personalidade, O eu e o inconsciente, Os arquétipos e o inconsciente coletivo, Tipos psicológicos, Vida simbólica e Memórias, sonhos e reflexões, um texto autobiográfico, no qual descreve os fatos interiores de sua vida e sua relação com os elementos da psique.

Também se utilizou o texto A tipologia de Jung de Marie-Louise von Franz, grande pesquisadora que contribuiu enormemente para o desenvolvimento da psicologia analítica, além de dicionários junguianos. No que concerne aos artigos científicos utilizados, elegeu-se como descritores: Jung, processo de individuação, teoria da personalidade e tipos psicológicos, dando-se preferência por textos publicados nos últimos 5 anos.

Entende-se que a presente investigação contribui para a produção do conhecimento em psicologia haja vista a necessidade de revisão constante do conhecimento do estudante de graduação e do profissional. Assim como, do retorno a conceitos fundantes das teorias psicológicas para uma formação de qualidade no curso em questão. O que a referida pesquisa busca fazer é conferir um espaço maior para uma teoria que está presente no cotidiano acadêmico e profissional, mas que precisa ser melhor organizada e disponibilizada para seu efeito sinérgico. Do ponto de vista da formação conceitual na perspectiva junguiana, o conhecimento da teoria da personalidade pode colaborar para tornar a dinâmica clínica mais articulável à dinâmica teórica.

CARL GUSTAV JUNG: um “arqueólogo” da psique

A vida sempre se me afigurou uma planta que extrai sua vitalidade do rizoma; a vida propriamente dita não é visível, pois jaz no rizoma. O que se torna visível sobre a terra dura um só verão, depois fenece [...] mas nunca perdi o sentimento da perenidade da vida sob a eterna mudança. O que vemos é a floração – e ela desaparece. Mas o rizoma persiste. (JUNG, 2006, p. 32).

As palavras do médico de Zurique nos possibilitam extrair duas consequências importantes para pensarmos a teoria da personalidade em Jung, a primeira parte de uma leitura bo-

tânica do termo rizoma que consiste em um caule, geralmente, subterrâneo que acumula substâncias nutritivas para a planta. Essa definição se associa ao pensamento junguiano que busca desvendar o que se encontra no subterrâneo do ser humano e que contém a potência da criatividade. Com efeito, ele declara “[...] os encontros com a outra realidade, o embate com o inconsciente, se impregnaram de maneira indelével em minha memória. Nessa região sempre houve abundância e riqueza; o restante ocupava o segundo plano” (JUNG, 2006, p. 33).

A segunda consequência advém de um conceito filosófico proposto por Deleuze e Guatarri (1995) no qual o rizoma indica a não linearidade, o crescimento que se espalha em todas as direções, abrindo-se e fechando-se, construindo e desconstruindo, crescendo onde há espaço, florescendo onde encontra possibilidades, criando seu próprio ambiente. Nesse contexto, “a questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo” (p. 28). Por esse viés, Jung (2006, p. 32) esclarece que “cada vida é um desencadeamento psíquico que não se pode dominar a não ser parcialmente [portanto] a vida do homem é uma tentativa aleatória”.

Nessa perspectiva, o modo por meio do qual Jung pensa a psique sinaliza sua dimensão dinâmica e criativa. Assim como destaca em seu método investigativo um caráter arqueológico que se propõe a explorar o inconsciente, partindo de suas observações dos tipos psicológicos, os quais se relacionam com a organização das funções e a forma como os arquétipos são acionados a fim de que o sujeito consiga fazer suas sínteses, desembocando na noção de individuação, que se refere a como o sujeito se apropria da própria história e consegue alcançar o si-mesmo.

A partir de uma autonomia do inconsciente, Jung percebeu que sonhos, imagens e fantasias poderiam ser tomados como artefatos que possibilitam uma leitura da psique fonte de todas as atividades humanas. Aqui depreende-se a diferença entre Freud e Jung, enquanto Freud estava cernido pelas hipóteses teóricas do inconsciente, Jung assume para si a proposição das descobertas dos fatos, como ele próprio afirma:

Devo repetir mais uma vez que meus métodos não descobrem teorias, mas sim *fatos*, e digo aos senhores que fatos eu descobri através desses métodos. [...] O que se descobre no método das associações de palavras são fatos definidos, que não conhecíamos anteriormente e que também eram ignorados pelo paciente sob esse ângulo particular. [...] Não posso penetrar no inconsciente de maneira *empírica* e depois descobrir a *teoria* do que Freud chamaria de complexo de castração. Esse complexo é uma ideia mitológica, mas não é descoberto como tal. Na verdade, o que encontramos são certos fatos agrupados de maneira especial e os reconhecemos, dando-lhes nomes, de acordo com os paralelos mitológicos ou históricos. (JUNG, 2012e, p. 77, grifos do autor).

Nesses termos, Jung (2012d), no texto “A vida simbólica”, propõe que o inconsciente é um fato que pode ser detectado por meios de artefatos como as imagens. Isso porque “a imagem do mundo é uma projeção do mundo do si-mesmo, assim como este é uma introjeção do mundo” (p. 76). A projeção, na visão junguiana, é um processo automático e não consciente, no qual os conteúdos de nosso inconsciente são percebidos como fazendo parte dos outros, em outras palavras, trata-se da expulsão de um conteúdo subjetivo para um objeto. A introjeção, por sua vez, é o oposto, ou seja, uma assimilação do objeto (SHARP, 1991).

Retomando a questão do inconsciente na psicologia analítica, Jung (2012c, p. 76), em “A natureza da psique”, o define como “a totalidade de todos os fenômenos psíquicos em que falta a qualidade da consciência”. No texto “Psicologia da inconsciente”, ele descreve o inconsciente a partir de duas camadas que ele nomeou de inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. O primeiro “contém lembranças perdidas, reprimidas (propositalmente esquecidas), evocações dolorosas, percepções que [...] por falta de intensidade não atingiram a consciência e conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência” (JUNG, 2012g, p. 77).

Já o segundo é “desligado do inconsciente pessoal e por ser totalmente universal; e também porque seus conteúdos podem ser encontrados em toda parte, o que obviamente não é o caso dos conteúdos pessoais” (JUNG, 2012g, p. 77). Em uma nota de rodapé do livro “O desenvolvimento do inconsciente”, o autor ainda esclarece que o inconsciente pessoal representa a parte subjetiva da psique, enquanto o inconsciente coletivo representa a parte objetiva (JUNG, 2012e).

A medida que tomamos ciência dos conteúdos existentes no inconsciente pessoal, mais “se revela o rico substrato das imagens e dos motivos compreendidos no inconsciente coletivo. O seu efeito é o alargamento da personalidade” (SHARP, 1991, p. 89-90). O que significa dizer que quanto mais alheios formos de nosso inconsciente pessoal, tanto mais seremos ignorantes do inconsciente coletivo e, conseqüentemente, mais estreita de mostrará nossa personalidade. A personalidade para Jung (2012e) seria, portanto, a expressão de nossa determinação, inteireza e maturidade. Com efeito, a personalidade, para o médico de Zurique,

[...] é a realização máxima da índole inata e específica de um ser vivo em particular. Personalidade é a obra a que se chega pela máxima coragem de viver, pela afirmação absoluta do ser individual, e pela adaptação, a mais perfeita possível, a tudo que existe de universal, e tudo isso aliado à máxima liberdade de decisão própria. [...] A personalidade se desenvolve no decorrer da vida, a partir de germes, cuja interpretação é difícil ou até impossível; somente pela nossa ação é que se torna manifesto quem somos de verdade. [...] A personalidade, no sentido da realização total de nosso ser, é um ideal inatingível. O fato de não ser atingível não é uma razão a se opor a um ideal, pois os ideais são apenas os indicadores do caminho e não as metas visadas. (JUNG, 2012e, p. 182-183).

Depreende-se, então, que a personalidade, na obra junguiana, pode ser tomada como índice de desenvolvimento da psique que não pode ser finalizado, pois não há um ponto último a se atingir, uma vez que somos seres inacabados. É nesse sentido que Jung (2012e) afirma que dentro de todo adulto há uma criança em formação “que jamais estará terminado, algo que precisará de cuidado permanente, de atenção e de educação. Esta é a parte da personalidade humana que deveria desenvolver-se até alcançar a totalidade” (p. 181). Também se verifica o caráter dinâmico e exigente da personalidade que necessita de cuidado e atenção constantes. “Assim como a criança precisa desenvolver-se para poder ser educada, da mesma forma a personalidade deve primeiramente desabrochar, antes de ser submetida à educação” (p. 183).

Porém, Jung (2012e) não romanceia esse processo e deixa claro como trata-se tanto de uma dádiva quanto de uma maldição. Isso porque “o desenvolvimento da personalidade é uma tal felicidade que se deve pagar por ela um preço elevado” (p. 185). Uma dádiva, pois eleva o espírito, possibilitando uma conexão com o todo. Contudo, as consequências advindas dessa experiência podem ser tomadas como monstruosas, visto que a percepção mais nítida de si, dos outros e do mundo gera o que o médico de Zurique denomina de isolamento. “Nada o evita, nem a adaptação bem-sucedida, nem mesmo a incorporação sem o menor atrito ao meio ambiente, nem a família, nem a sociedade, nem a posição social” (p. 185).

O que deve ser sublinhado é o movimento arqueológico de Jung para compreender o funcionamento psíquico. Ao explorar suas camadas e seus mecanismos, ele propôs um sistema dinâmico, criativo e integrativo que pode ser pensado a partir de dois momentos, a tipologia e a individuação (PFLEGER, 2017). Nesse contexto, terminou por identificar a personalidade como índice desse duplo processo, como veremos a seguir.

TIPOLOGIA JUNGUIANA: UMA QUESTÃO DE ENERGIA

Quando observamos o desenrolar de uma vida humana, vemos que o destino de alguns é mais determinado pelos objetos de seu interesse e o de outros mais pelo seu interior, pelo subjetivo. E, como todos nós pendemos mais para este ou aquele lado, estamos naturalmente inclinados a entender tudo sob a ótica de nosso próprio tipo. (JUNG, 2012h, p. 17).

A tipologia proposta por Jung foi apresentada em seu livro “Tipos Psicológicos”, publicado em 1921 com o objetivo de “explicar as diferenças existentes entre as pessoas” (SHARP, 1991, p. 155) a partir do modo como organizam e orientam a energia psíquica, ou seja, da “disposição da psique de agir ou reagir em certa direção” (JUNG, 2012h, p. 395). Por

esse viés, ele distingue duas direções para a movimentação da libido⁴ – *introversão e extroversão*. No primeiro caso, o “movimento do interesse que sai do objeto e se volta para o sujeito e para seus próprios processos psicológicos” (p. 19) e, no segundo caso, a libido é direcionada para os objetos. Em outras palavras, a atitude introvertida é

[...] aquela que procura sobrepor, em qualquer circunstância, o eu e o processo psicológico subjetivo ao objeto e ao processo objetivo, ou, ao menos, resistir ao objeto. Este enfoque dá, portanto, mais valor ao sujeito do que ao objeto. [...] A atitude extrovertida, porém, subordina o sujeito ao objeto; o objeto recebe o valor preponderante. O sujeito tem sempre importância secundária; o processo subjetivo só aparece, às vezes, como apêndice perturbador ou supérfluo de fatos objetivos. (JUNG, 2012h, p. 19).

Jung (2012h) ainda nos chama atenção para dois fatos importantes, um que indica que todos os seres humanos possuem os dois tipos de atitudes, porém, uma delas se sobressai, mesmo que minimamente e o outro aponta para o mecanismo de oposição presente no eixo introversão-extroversão. De modo a verificarmos “um voltar-se diastólico⁵ para o objeto e uma apreensão do mesmo; e uma concentração sistólica² e liberação de energia dos objetos apreendidos” (p. 20). Essa classificação é pautada no que ele denominou de *atitudes típicas*. Esse termo é utilizado por Jung para indicar

[...] a orientação seletiva e ativa que o homem assume habitualmente diante de qualquer problema ou situação. [Assim como] uma forma de disposição – relativamente duradoura e constante – a responder com modalidades específicas às que são as diferentes situações do mundo, e isso por meio daquele resíduo de experiência passada que de qualquer modo determina todo tipo de comportamento. [...] As atitudes típicas do sujeito em relação ao objeto são compreendidas como processos de adaptação presumivelmente condicionadas também por disposições naturais ainda desconhecidas. (PIERI, 2002, p. 65-66).

Contudo, o autor supracitado ressalta a superficialidade dessa classificação, visto que possibilita somente a distinção de dois grupos de pessoas. Assim, afirmou “Minha experiência mostrou que, bem genericamente considerando, os indivíduos não podem ser distinguidos apenas segundo as características universais de extroversão ou introversão, mas também segundo as funções psicológicas básicas de cada um” (JUNG, 2012h, p. 20).

Com efeito, a atitude em si é um fenômeno que foge a observação científica, porém, é possível estabelecer certos padrões de atitudes que remetem a certas funções psíquicas. “De acordo com a natureza da função diferenciada, haverá constelações de conteúdos que geram

⁴ Corresponde a energia psíquica em geral. Essa generalização é o que distingue tal conceito para Jung e para Freud, uma vez que o último pensava a libido como sendo predominantemente sexual (SHARP, 1991).

⁵ A diástole e a sístole são movimentos cardíacos que permitem o bombeamento do sangue, enquanto o primeiro corresponde ao relaxamento muscular do coração, o segundo se refere a contração do mesmo.

uma atitude correspondente” (PIERI, 2002, p. 66). Nesse sentido, a função psicológica seria “uma certa forma psíquica de atividade que, em princípio, permanece idêntica sob condições diversas (JUNG, 2012h, p. 412).

Desse modo, temos quatro funções: *sentimento, pensamento, sensação e intuição* que formam pares de opostos. O sentimento e o pensamento são considerados funções racionais, “porque se baseiam em funções judicativas da razão” (JUNG, 2012h, p. 404). A diferença é que o tipo pensamento se baseia em “critérios impessoais, lógicos e objetivos”, enquanto o tipo sentimento, “funciona com uma outra lógica, a ‘lógica do coração’” (REIS, 1984, p. 156, grifos do autor).

De outra forma, sensação e intuição compõem outro par de opostos. Eles são caracterizados como tipos irracionais, uma vez que se baseiam “na força absoluta da percepção” (JUNG, 2012h, p. 384). Isso significa que não há mediação de um julgamento ou avaliação. Nessa perspectiva, enquanto a sensação constata a presença dos objetos, ou seja, capta as percepções a partir de todos os órgãos sensoriais, a intuição as apreende por via inconsciente, buscando o significado essencial das coisas. Em “O homem e seus símbolos”, o médico de Zurique sintetiza afirmando que:

Estes quatro tipos funcionais correspondem às quatro formas evidentes, através das quais a consciência se orienta em relação à experiência. A sensação (isto é, a percepção sensorial) nos diz que alguma coisa existe; o pensamento mostra-nos o que é esta coisa; o sentimento revela se ela é agradável ou não; e a intuição dir-nos-á de onde vem e para onde vai. (JUNG, 2008, p. 61).

A partir das quatro funções dispõe-se as seguintes posições: *função superior*, primária ou principal, *função auxiliar* e *função inferior*. A função superior diz respeito à função psicológica que sobressai naturalmente, ela é, portanto, usada de maneira automática. A função auxiliar, por outro lado, corresponde a “uma segunda ou terceira função que presta ajuda [...] exercendo uma influência co-determinante na consciência” (SHARP, 1991, p. 69). A função inferior, por sua vez, é a menos diferenciada e assemelha-se ao lado sombrio da personalidade e ao se manifestar vem sempre acompanhada de tremenda carga emocional (JUNG, 2012h).

Assim como as atitudes extrovertidas e introvertidas estão presentes em todas as pessoas, as quatro funções também estão, contudo, não são desenvolvidas igualmente. Vale dizer ainda que como o funcionamento psíquico acontece de modo compensatório, pode-se depreender que quanto mais se sobressai certa função tanto mais inconsciente se tornará seu par oposto (JUNG, 2012h). Mas o que nos leva a utilizar mais determinada função em detrimento de outras? Como se estabelece esse arranjo funcional?

Franz (1990) responde a essas indagações ao explicar que o desenvolvimento das funções acontece pela disposição inata da pessoa, podendo ser influenciada pelo meio no qual ela se encontra inserida. Isso porque

O ambiente reforça as tendências unilaterais existentes, as chamadas ‘aptidões’, e há, portanto, um aumento no desenvolvimento da função superior e uma lenta degeneração do outro lado da personalidade. Este é um processo inevitável que até apresenta grandes vantagens. Muitas pessoas se enquadram nesse padrão, podendo-se definir imediatamente o seu tipo; já outras podem ser muito difíceis definir. (FRANZ, 1990, p. 13, grifo da autora).

Por esse viés, a autora afirma que quando uma pessoa com predisposição para determinada função é forçada a desenvolver outra, surge o que ela denomina de *tipo distorcido* que pode ser menos danoso se o indivíduo conseguir colocar sua função inata como auxiliar. Contudo, se a função forçada pela família corresponde à função inferior, ele não conseguirá atingir as expectativas familiares, o que comprometerá severamente sua psique.

Pensando sobre a função inferior, verifica-se que Franz (1990) atribui imenso valor a ela, isso porque trata-se de uma função que está bem próxima ao inconsciente. É nesse contexto que ela afirma que essa função “[...] é a porta pela qual todas as figuras do inconsciente chegam à consciência (p. 54). Portanto, não se configuraria um erro dizer que a função inferior é um veículo de expressão dos complexos. Para Jung (2012h, p. 122), “os complexos são comparáveis a demônios que perturbam caprichosamente nosso pensar e agir, razão por que a idade antiga e média considerava possessão do demônio as graves perturbações neuróticas”. Nesse sentido, são definidos como “ideias carregadas de sentimentos, que com o correr do tempo, se acumulam ao redor de determinados *arquétipos*⁶, mãe e pai, por exemplo” (SHARP, 1991, p. 37).

Portanto, Franz (1990) considera a função inferior “[...] a ferida sempre aberta da personalidade consciente, mas através dela, o inconsciente pode sempre entrar e assim ampliar a consciência e gerar uma nova atitude” (p. 54) que produz uma “enorme mudança em toda a estrutura da personalidade” (p. 58). Do contrário, ela será “[...] sempre o grande problema da vida; se não a vivemos, ficamos frustrados e meio mortos, e todas as coisas se tornam tediosas” (p. 60). Tais palavras nos levam a indagar: qual o valor clínico das formulações tipológicas de Jung?

Na prática clínica, a tipologia pode auxiliar na formulação da hipótese diagnóstica do paciente. Nesse sentido, verifica-se duas formas de analisar tal tipologia, a primeira é a partir

⁶ Para um primeiro entendimento, os arquétipos podem ser pensados como “elementos primordiais e estruturais da psique humana” (SHARP, 1991, p. 28). Posteriormente, os apresentaremos melhor.

da leitura da função superior, ou seja, aquilo que habita o consciente e se apresenta por meio dos comportamentos que possibilitam o estabelecimento dos laços sociais. Já a segunda é através da leitura da função inferior, ou seja, o que se encontra no inconsciente e se manifesta à revelia das atitudes conscientes. É interessante pontuar que o diagnóstico tendo por base a função superior, muitas vezes, é menos preciso, visto que pode ser confundido com determinadas personas.

Cabe ainda mencionar uma função complementar chamada *função transcendente* responsável pela mediação dos opostos (JUNG, 2012h). Portanto, ela é resultante “[...] da união dos conteúdos *conscientes* e *inconscientes*” (JUNG, 2012c, p. 13, grifos do autor). Na visão do autor, esses conteúdos se encontram em constante conflito sendo que a dinâmica da psique se refere justamente a este jogo de oposições entre consciente e inconsciente, entre atitudes e funções que intenta um estado ótimo de tensão, mesmo que ao nível do Eu⁷ possa parecer haver uma solução perene o que determina a amplitude da vida simbólica não se resolve no espaço funcional de soluções estáticas, em termos de personalidade o simbólico para Jung se define como articulação funcional constante dado que o mundo e as relações não são estáticas ou engessadas.

O símbolo é justamente o efeito de um estado de tensão ótima que busca se expressar. Isso porque os símbolos “[...] são tentativas naturais de lançar uma ponte sobre o abismo muitas vezes profundo entre os opostos, e de equilibrar as diferenças que manifestam” (JUNG, 2012b, p. 279) por meio da transformação e redirecionamento da libido (SHARP, 1991). Com efeito, no texto “A energia psíquica”, Jung (2012a, p. 35, grifo do autor) afirma que

O desenvolvimento anímico não pode dar-se unicamente através da intenção e da vontade, mas necessita o símbolo *atrator*, cujo *quantum* de valor ultrapassa o da causa. A formação do símbolo também não pode sobrevir antes que a alma se detenha por um tempo suficiente nos fatos elementares, isto é, o tempo necessário, até que o processo da vida – por uma necessidade interna ou externa – acarrete uma transformação da energia.

⁷ No texto “Aion – estudo sobre o simbolismo do si-mesmo”, Jung (2012b, p. 13), define o “eu” como “[...] aquele fator complexo com o qual todos os conteúdos conscientes se relacionam. É este fator que constitui como que o centro do campo da consciência, e dado que este campo inclui também a personalidade empírica, o eu é o sujeito de todos os atos conscientes da pessoa”.

Assim, na clínica, pode-se pensar a relação terapêutica como um símbolo e a transferência⁸ como instrumento que possibilita ao psicoterapeuta exercer a função transcendente para o paciente. Nas palavras de Jung (2012c, p. 18-19):

[...] na prática é o médico adequadamente treinado que faz de função transcendente para o paciente, isto é, ajuda o paciente a unir a consciência e o inconsciente e, assim, chegar a uma nova atitude. Nesta função do médico está uma das muitas significações importantes da transferência: por meio dela o paciente se agarra à pessoa que parece lhe prometer uma renovação da atitude; com a transferência, ele procura esta mudança que lhe é vital, embora não tome consciência disto.

A função transcendente, portanto, seria a expressão de uma evolução progressiva do paciente para uma nova atitude, uma vez que a psique não é um mero agregado de emoções, impulsos, complexos, e comportamentos díspares, pelo contrário, ela diz respeito a uma totalidade viva que busca uma integração cada vez maior entre os seus componentes.

INDIVIDUAÇÃO: a “pedra angular” do desenvolvimento psíquico

Assim o homem tornou-se presa do inconsciente. Sua maior tarefa, porém, deveria ser tomar consciência daquilo que, provido do inconsciente, urge e se impõe a ele, em vez de ficar inconsciente ou de com ele se identificar. Porque nos dois casos ele é infiel à sua vocação, que é criar consciência. [...] Pode-se mesmo supor que da mesma forma que o inconsciente age sobre nós, o aumento de nossa consciência tem, por sua vez, uma ação de ricochete sobre o inconsciente. (JUNG, 2006, p. 376).

Além da busca pelo equilíbrio dos opostos presente na tipologia, Jung (2011), no texto “O eu e o inconsciente”, propõe que há uma outra meta no caminho do desenvolvimento psíquico que ele nomeou de individuação⁹ que

[...] significa tornar-se um ser único, na medida em que por ‘individualidade’ entendemos nossa singularidade mais íntima, última e incompatível, significando também que *nos tornamos o nosso próprio si-mesmo*. Podemos, pois, traduzir ‘individuação’ como tornar-se si-mesmo (*Verselbstung*) ou ‘realizar-se do si-mesmo’ (*Selbstverwirklichung*). (JUNG, 2011, p. 63, grifos do autor).

A partir dessa definição verificamos que se trata de um processo complexo. Entretanto, o autor supracitado chama a atenção que para se chegar até ele é preciso passar pelas *alie-*

⁸ “Caso particular de projeção usado para descrever os laços inconscientes e emocionais que surgem no analisando em relação ao analista” (SHARP, 1991, p. 161).

⁹ Jung (2011) assevera que não se deve confundir individualismo com individuação. Isso porque o primeiro “[...] significa acentuar e dar ênfase deliberada a supostas peculiaridades, em oposição a considerações e obrigações coletivas. [Enquanto a segunda] significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social” (p. 63).

nações do si-mesmo. Jung (2011, p. 63) esclarece que essas alienações são “[...] modos de despojar o si-mesmo de sua realidade, em benefício de um papel exterior ou de um significado imaginário [que] em ambos os casos, verifica-se uma preponderância do coletivo”. Ainda que possa parecer altruísta, na visão do médico de Zurique, “a renúncia do si-mesmo em favor do coletivo corresponde a um ideal social; passa até mesmo por dever social e virtude, embora possa significar às vezes um abuso egoísta” (p. 63). Assim sendo, essa alienação vai na contramão do processo de individuação, pois aponta para um esquecimento da singularidade, ou seja, do desconhecimento das qualidades individuais que tornam cada homem “[...] o ser único que de fato é” (p. 64).

Retomando o processo de individuação, depreende-se que sua meta consiste no despojamento “[...] dos invólucros falsos da persona, assim como do poder sugestivo das imagens primordiais” (JUNG, 2011, p. 64). Etimologicamente, o termo *persona* decorre do latim e é utilizado para indicar “[...] a máscara que o ator teatral, tanto cômico como trágico, punha no próprio rosto no decorrer da apresentação” (PIERI, 2002). Sharp (1991) chama a atenção para o fato de se tratar de uma capa protetora e uma vantagem no envolvimento com as outras pessoas, visto que as sociedades civilizadas dependem das interações entre as pessoas e essas são feitas por meio da persona. Na teoria junguiana, a palavra é elevada ao *status* de conceito psicológico, assumindo várias designações, dentre elas, destacam-se:

[...] b) uma estrutura da psique e, portanto, uma das subpersonalidades que giram ao redor do Eu, cuja relação com o próprio Eu muda continuamente no curso da vida; c) a imagem que o indivíduo mostra externamente, e enquanto tal um dos aspectos mais exteriores do próprio indivíduo; d) o papel ou o ‘status social’ do indivíduo nas relações com o mundo (cultural e social) e, portanto, o aspecto que ele assume nas relações com a cultura e com a sociedade. (PIERI, 2002, p. 377).

Essas denominações evidenciam a relação circular que existe entre o indivíduo e a cultura, em que, por um lado, há uma “[...] psiquização da cultura, e do outro a aculturação do indivíduo” (PIERI, 2002, p. 379). É preciso ressaltar que a persona em si não é entendida como um traço psíquico falso ou patológico, muito pelo contrário, ela é uma das vestes necessárias para a adaptação social.

A diferença se encontra no tipo de relação que é estabelecida entre a pessoa e a persona. Pieri (2002) cita duas configurações, ela pode ser do *tipo dialética* (servo-patrão) ou do *tipo dialética dialógica*. No primeiro caso, há uma dependência e seu destino pode ser: 1) identificação do Eu com a persona; 2) separação entre o Eu e a persona ou; 3) dissolução da persona. Já no segundo caso, há um duplo ajuste, ou seja, ao mesmo tempo em que o indivi-

duo se adapta à persona, a persona também se molda a ele, resultando em uma verdadeira interface entre o homem e o mundo.

Depreende-se, pois, que não se trata de se desnudar por completo da persona, mas de estabelecer as devidas distinções entre ela e o si-mesmo. De modo a ter ciência de sua utilização flexível. Isso porque o seu desconhecimento leva à atitude compensatória¹⁰ do sistema psíquico que culmina em uma autonomia da persona, que pode resultar no desenvolvimento de algum tipo de psicopatologia (JUNG, 2011).

Para além da persona, Jung (2012b) apresenta outro elemento da psique que influencia no processo de individuação, os arquétipos. Segundo o autor, são conteúdos do inconsciente coletivo que existem sempre e *a priori*. Isso significa que são conteúdos arcaicos dotados de “[...] imagens universais presentes desde os tempos mais remotos” (PIERI, 2002, p. 44). Esses conteúdos se modificam “[...] através da conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta” (JUNG, 2012f, p. 14) e se associam aos mitos, ensinamentos esotéricos e contos de fada.

Para Pieri (2002), a principal função dos arquétipos se relaciona com a “[...] compensação psíquica em relação à consciência, e em particular em relação a uma consciência que é compreendida como inconscientemente tendente à unilaterizar” (p. 48). Vale salientar que “os arquétipos são, em si mesmos, irrepresentáveis. Seus efeitos, contudo, são discerníveis nas imagens e nos motivos arquetípicos” (SHARP, 1991, p. 29).

É nesse contexto que Jung (2012b) afirma que existem inúmeros arquétipos, porém, os empiricamente mais verificáveis “[...] são aqueles que mais frequentemente e intensamente influenciam ou perturbam o eu. São eles: a *sombra*, a *anima* e o *animus*” (p. 19). Sobre a sombra, o mesmo autor assevera:

A sombra constitui um problema de ordem moral que desafia a personalidade do eu como um todo, pois ninguém é capaz de tomar consciência desta realidade sem dispensar energias morais. Mas nesta tomada de consciência da sombra trata-se de reconhecer os aspectos obscuros da personalidade, tais como existem na realidade. Este ato é a base indispensável para qualquer tipo de autoconhecimento e, por isso, em geral, ele se defronta com considerável resistência. Enquanto, por um lado, o autoconhecimento é um expediente terapêutico, por outro implica, muitas vezes, um trabalho árduo que pode se estender por um largo espaço de tempo. (JUNG, 2012b, p. 19-20).

A sombra faz parte da personalidade total do indivíduo, comumente, a relacionamos com aquilo que rejeitamos e projetamos sobre os outros. Silveira (1983) nos chama a atenção

¹⁰ A compensação, na psicologia junguiana, corresponde a um processo psíquico natural para estabelecer ou manter o equilíbrio dentro da psique (SHARP, 1991, p. 36).

para o fato de se tratar de um conjunto de componentes diferenciados (fraquezas, imaturidade, complexos reprimidos e outros) considerados negativos, contudo, ela também possui “traços positivos”, ou seja, qualidades não desenvolvidas por razões externas ao indivíduo.

Jung (2012f) ainda esclarece que o conceito de sombra, assim como a anima, que veremos a seguir, não podem ser conhecidos somente a partir de uma reflexão conceitual, uma vez que correspondem a “[...] complexos de vivência que sobrevêm aos indivíduos como destino e seus efeitos são sentidos em nossa vida mais pessoal” (p. 37).

O médico de Zurique também teoriza sobre “[...] a personificação da natureza feminina do inconsciente do homem [anima] da natureza masculina do inconsciente da mulher [animus]” (JUNG, 2006, p. 483). A anima é, “[...] essencialmente, uma certa maneira, inferior, que tem o homem de se relacionar com o seu ambiente e, sobretudo com as mulheres, e que ele esconde tanto das outras pessoas quanto dele mesmo” (JUNG, 2008, p. 31). Franz (2008, p. 177) descreve a anima como

[...] a personificação de todas as tendências psicológicas femininas na psique do homem — os humores e sentimentos instáveis, as intuições proféticas, a receptividade ao irracional, a capacidade de amar, a sensibilidade à natureza e, por fim, mas nem por isso menos importante, o relacionamento com o inconsciente.

Surgindo sob a forma de mulheres sedutoras ou guias espirituais, elas, geralmente, são associadas ao princípio de eros. Enquanto permanecer inconsciente, “[...] tudo o que a anima representa é projetado [...] essa projeção incide sobre o cônjuge” (SHARP, 1991, p. 21). Para Franz (2008, p. 178), a anima é determinada pela figura da mãe, se essa influência for negativa “[...] sua anima vai expressar-se, muitas vezes, de maneira irritada, depressiva, incerta, insegura e susceptível. (No entanto, se ele for capaz de dominar estas investidas de cunho negativo, elas poderão, ao contrário, servir para fortalecer lhe a masculinidade.)”.

O animus, por sua vez, corresponde ao logos paternal, visto que “é o pai que dá ao animus da filha convicções incontestavelmente ‘verdadeiras’, irretrucáveis e de um colorido todo especial — convicções que nunca têm nada a ver com a pessoa real que é aquela mulher” (FRANZ, 2008, p. 189). Semelhante ao homem, o animus é projetado no cônjuge. Com efeito, “[...] a anima corresponde ao Eros materno, o animus corresponde ao Logos paterno” (JUNG, 2012b, p. 27).

É digno de nota que a integração desses arquétipos seja a sombra, seja a anima/animus não acontecem de forma linear e contínua. Assim como não significa que há um fim último nesse processo, ele é infinito justamente porque se modifica constantemente a partir da luz

consciencial que é lançada sobre eles. Entretanto, Jung (2012b, p. 35) aponta como eles se relacionam:

[...] a integração da sombra, isto é, a tomada de consciência do inconsciente pessoal constitui a primeira etapa do processo analítico, etapa sem a qual é impossível qualquer conhecimento da anima e do animus. Só se pode conhecer a realidade da sombra, em face de um outro, e a do animus e da anima, mediante a relação com o sexo oposto, porque só nesta relação a projeção se torna eficaz.

Somente após essas integrações arquetípicas é que o indivíduo está apto para a assimilação do eu pelo si-mesmo (*self*), que se refere ao arquétipo da totalidade e o centro regulador da psique, poder que transcende ao ego, por isso, Jung (2012b, p. 37) afirma que tal assimilação pode “[...] ser considerada como uma catástrofe psíquica”. Nas palavras de Silveira (1983, p. 99-100):

A denominação de *self* não cabe unicamente a esse centro profundo, mas também à totalidade da psique. O reconhecimento da própria sombra, a dissolução de complexos, liquidação de projeções, assimilação de aspectos parciais do psiquismo, a descida ao fundo dos abismos, em suma, o confronto entre consciente e inconsciente, produz um alargamento do mundo interior do qual resulta que o centro da nova personalidade, construída durante todo esse longo labor, não mais coincida com o ego. O centro da personalidade estabelece-se agora no *self*, e a força energética que este irradia englobará todo o sistema psíquico. A consequência será a totalização do ser, sua esferificação (*abrundung*). O indivíduo não estará mais fragmentado interiormente [...] Seu mundo agora abraça valores mais vastos, absorvidos do imenso patrimônio que a espécie penosamente acumulou nas suas estruturas fundamentais. Prazeres e sofrimentos serão vivenciados num nível mais alto de consciência. O homem torna-se ele mesmo, um ser completo, composto de consciente e inconsciente incluindo aspectos claros e escuros, masculinos e femininos, ordenado segundo o plano de base que lhe for peculiar.

Pode-se extrair, então, que a finalidade do processo de individuação é a síntese do si-mesmo (JUNG, 2012c), mas isso não significa que se chegará a um fim último, como Jacobi (2008) aponta a parte inconsciente do psiquismo jamais será “esvaziada”, de modo que o caminho da individuação se desenrola durante uma vida inteira e jamais é completado. Portanto, “o si-mesmo é também a meta da vida, pois é a expressão mais completa dessas combinações do destino que se chama: indivíduo” (JUNG, 2006, p. 494). Nesse sentido, o desenvolvimento da personalidade emerge como índice desse processo. Por esse viés, Jung (2006) afirma que o objetivo de sua vida foi penetrar nos segredos da personalidade e conclui “Minha vida é minha ação [...] seria impossível separar um do outro” (p. 262).

NO RASTRO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nele repousa aspira a tornar-se a acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade. (JUNG, 2006, p. 31).

As palavras do médico de Zurique nos permitem sintetizar toda a teoria da personalidade de Jung caracterizada em sua amplitude dinâmica, de modo a transformar o desenvolvimento humano em mola propulsora para o autoconhecimento e aperfeiçoamento pessoal em busca de um equilíbrio que permita integrar em sua personalidade todos os elementos que constituem a psique, sem desconsiderar o auxílio de aspectos espirituais e matrizes culturais que produzem o humano.

Trata-se de considerar um apontamento de Jung que se mostra decisivo sobre a concepção do que vem a ser a personalidade: não existe um ponto de Arquimedes fora da psique, ou seja, não há um referente desde o qual a psique possa se reconhecer e que provenha de fora dela, a psique é a condição mesma de possibilidade de conhecimento do mundo, das coisas e de si. A personalidade é, antes de tudo, uma ação, uma operação simbólica que personifica o próprio mundo, de modo que esse passa a ser admitido em suas diferenças e matizes como efeito da personalidade. É em função deste argumento que se justifica para Jung as diversas formas teóricas para se abordar os fenômenos psíquicos e que torna irreduzível o espaço de concordância fora de um alinhamento em personalidades.

A personalidade é um imperativo cognitivo, ou seja, uma determinação fundamental do que constitui a plataforma na qual o indivíduo se lança para perceber e considerar o mundo, entendendo o mundo como um esforço de totalização da realidade do próprio indivíduo. De forma que esse imperativo se converte em uma determinação antropológica, um imperativo antropológico – pois se não há ponto de Arquimedes fora da psique, então o constituinte de nossas percepções repousa no remanso de nossas certezas que, por definição seriam avessas à dinâmica psíquica. Não sem razão a realidade do simbólico implica a individuação como processo que não elimina a tensão constante, mas por um processo excêntrico de remissão a sínteses singulares o indivíduo se vê apartado das certezas sociais em detrimento de suas verdade íntimas, de modo que o mundo passa a ser admitido em função de sua jornada pessoal.

Nesse sentido, onde outros teóricos viam variações aleatórias do comportamento humano, Jung percebeu uma ordenação lógica consistente, assim evidenciou as poucas diferenças básicas existentes no funcionamento mental e nas atitudes humanas. Portanto, teorias como os tipos psicológicos apresentam padrões referentes às maneiras pelas quais as pessoas preferem perceber e fazer julgamentos da realidade. Não que eles sirvam para enquadrar os

indivíduos, mas tão somente para orientar e esclarecer as diferenças existentes nas formas de se relacionar no mundo.

Dessa forma, infere-se que sua teoria não deve ser pensada ou utilizada de forma rotulante, uma vez que sua característica principal está justamente na percepção da necessidade de transformação e desenvolvimento. Destarte, a “pedra angular” de sua psicologia é o processo de individuação, no qual a pessoa busca tornar si mesmo, só assim, tornando-se capaz de produzir autenticidade em suas relações para consigo mesmo e para com o mundo que o cerca.

Aponta-se como limitações do estudo a ausência de comparações entre modelos teóricos da teoria da personalidade na psicologia. Mencionamos que se trata de um universo diversificado, entretanto, faltou apontar as principais teorias psicológicas com seus pontos de dissonância e consonância. Isso possibilitaria uma cartográfica mais precisa do desenvolvimento da personalidade em Jung. Ainda consideramos insuficientes as interlocuções dos aspectos teóricos e práticos no uso clínico do desenvolvimento da personalidade de Jung. Em um estudo posterior, sugere-se um aprofundamento prático dos aspectos teóricos com apresentação de casos clínicos ilustrativos.

Salienta-se, por fim, que essa investigação apresenta um esboço sobre o desenvolvimento da personalidade com base na teoria junguiana. No entanto, considera-se que o tema carece de muitos estudos, uma vez que se evidencia a falta de artigos científicos e investigações de qualidade que contemplem tal temática.

REFERÊNCIAS

BENAZZI, Mariana Coneglian; BONFATTI, Paulo Ferreira. Considerações acerca do uso da tipologia junguiana nas organizações e processo de individuação. **CES REVISTA**, Juiz de Fora, v. 28, n. 1. p. 28-42, jan./dez. 2014.

CARVALHO, Lucas de Francisco et al. Personalidade: o panorama nacional sob o foco das definições internacionais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 123-146, jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha sobre avaliação psicológica**. 2007. Disponível em: <<http://satepsi.cfp.org.br/docs/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **SATEPSI – Testes favoráveis**. s./d. Disponível em: <<http://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

FEIST, Jess; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. **Teorias da personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

FRANZ, Marie-Louise von. **A tipologia de Jung**: função inferior. São Paulo: Cultrix, 1990.

FRANZ, Marie-Louise von. O processo de individuação. In: **O Homem e seus símbolos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 154-223.

JACOBÉ, Jolande. Símbolos em uma análise individual. In: **O Homem e seus símbolos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 267-298.

JAFFÉ, Anieli. Introdução. In: JUNG, C. G. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 21-29.

JUNG, Carl Gustav. **A energia psíquica**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a. (Obra completa de C. G. Jung, v. 8/1).

JUNG, Carl Gustav. **Aion** – estudo sobre o simbolismo do si-mesmo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b. (Obra completa de C. G. Jung, v. 9/2).

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012c. (Obra completa de C. G. Jung, v. 8/2).

JUNG, Carl Gustav. **A vida simbólica**: escritos diversos. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012d. (Obra completa de C. G. Jung, v. 18/1).

JUNG, Carl Gustav. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl Gustav. **O Homem e seus símbolos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 16-99.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012e. (Obra completa de C. G. Jung, v. 17).

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. (Obra completa de C. G. Jung, v. 7/2).

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012f. (Obra completa de C. G. Jung, v. 9/2).

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do inconsciente**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012g. (Obra completa de C. G. Jung, v. 7/1).

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012h. (Obra completa de C. G. Jung, v. 6).

PARANZINI, Marcelo; KANAANE, Roberto. Personalidade e organização: tendências e perspectivas. **Bol. Acad. Paul. Psicol.** [online], v. 36, n. 90, p. 157-175, 2016.

PIERI, Paolo Francesco. **Dicionário Junguiano**. São Paulo: Paulus, 2002.

REIS, Alberto Advincula. A teoria psicológica de Jung: principais conceitos. In: REIS, Alberto Advincula. **Teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung**, São Paulo: EPU, 1984. Cap. 16, p. 132-162.

SILVEIRA, Nise. **Jung: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SHARP, Daryl. **Léxico junguiano** – dicionário de termos e conceitos. São Paulo: Cultrix, 1991.